

DESCOBERTAS
DO BRASIL

Angélica Madeira
e Mariza Veloso
organizadoras

EDITORA



UnB

ENIGMA BRASIL

Este livro multidisciplinar compõe-se de diversos olhares curiosos e perspicazes de autores contemporâneos sobre os variados países-Brasil, imaginados por artistas e intelectuais ao longo do tempo, do período colonial à contemporaneidade. São onze ensaios – escritos por sociólogos, teóricos e estudiosos da literatura, antropólogos, lingüistas, críticos de arte, diplomatas, historiadores e artistas, alguns renomados, todos muito lúcidos e bem informados – a respeito de movimentos culturais e autores que pensaram, pintaram, romancearam, cantaram, filmaram o Brasil, dos pós-modernos ao Marquês de Lavradio, do Cinema Novo aos iluministas, dos românticos aos modernistas, de Euclides da Cunha a Guimarães Rosa, de Humberto Mauro a Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha.

Dessa polifonia emergem tradições culturais muito distintas entre si, tanto dos autores dos ensaios quanto dos artistas, intelectuais e textos analisados. As visões se interpenetram, se contradizem e se influenciam mutuamente, trazendo para o centro do livro questões cruciais, rela-



DESCOBERTAS
DO BRASIL



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Elizabeth Cancelli

Estevão Chaves de Rezende Martins, Henryk Siewierski,
Moema Malheiros Pontes, Reinhardt Adolfo Fuck,
Sérgio Paulo Rouanet, Sylvia Ficher



DESCOBERTAS DO BRASIL

Angélica Madeira e Mariza Veloso
organizadoras

EDITORA

UnB

Copyright © 2001 by Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SCS Q. 02 Bloco C Nº 78 Ed. OK 2ª andar

70300-500 Brasília DF

Fax: (0__61) 225-5611

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Equipe editorial

Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli *preparação de originais*

Gilvam Joaquim Cosmo, Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli, Clarissa Falcão de Sant'Anna, Sonja Cavalcanti e Yana Palankof *revisão*

Sabrina Lopes *projeto gráfico e capa*

Elmano Rodrigues Pinheiro *produção gráfica*

Screen CTP e Fitolitos Digitais *fotolitos*

Editora e Gráfica Itamarati *impressão e acabamento*

Ilustração da capa: sobre a imagem "Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz, chamado vulgarmente o Brasil", de João Teixeira Albernaz, 1640. Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Descobertas do Brasil / Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)
Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.
340 p.

ISBN: 85-230-0606-0

1. História do Brasil. 2. Cultura Brasileira. I. Madeira, Angélica.
II. Veloso, Mariza.

CDU 981

AGRADECIMENTOS

Um trabalho deste porte e desta natureza não poderia ser realizado sem o esforço e a colaboração de pessoas e instituições que o tornaram viável e concreto.

Agradecemos ao Embaixador Lauro Moreira, Presidente da 1ª Comissão para as Comemorações do V Centenário da Descoberta do Brasil, por seu empenho primordial em construir uma base para a reflexão crítica e multidisciplinar sobre a Cultura Brasileira.

Ao Secretário Tarcísio Costa, Secretário Executivo da mesma Comissão, interlocutor intelectual e entusiasta das idéias que orientaram este projeto.

A Maria Lucia Verdi, Assessora Especial da Comissão, que, em momentos de dificuldades e incertezas sobre a continuidade deste projeto, assumiu, de forma decisiva, a coordenação dos trabalhos.

Gostaríamos de agradecer ainda a todos aqueles que participaram da execução, desde seu início até sua concretização em forma deste livro.

Nosso reconhecimento a todos os colegas que aceitaram participar desta coletânea, com suas idéias originais, resultado de pesquisas extensas e exaustivas, mesmo tendo sido mudadas a natureza e as condições iniciais.

As organizadoras

SUMÁRIO

Apresentação	9
Brasil-Colônia: Deslocamento e Hibridismo	
Molduras para o Período Colonial Brasileiro: uma agenda de pesquisa Angélica Madeira e Mariza Veloso	23
No Brasil Colonial, "um é o outro": etnocentrismo e relativismo no olhar do Marquês de Lavradio Mary Del Priore	53
Combates da razão: luzes e pombalismo entre os mineiros Fábio Lucas	77
O Brasil Moderno: Literatura e Sociedade	
Oralidade, romance e pedagogia de leitura no romantismo brasileiro Marisa Lajolo	89
Os sertões entre dois centenários Roberto Ventura	109
Caio Prado: modernista, contemporâneo Mariza Veloso e Angélica Madeira	125
A redescoberta do Brasil nos anos 1950: entre o projeto político e o rigor acadêmico Lúcia Lippi Oliveira	139

Ensaio

- grandesertão.br ou: A invenção do Brasil
Willi Bolle 165

Arte e Cultura

- A sonoridade brasileira
Luiz Tatit 239

- O Brasil traduzido no cinema
Flávio Goldman 273

- A construção da identidade nacional na arte
dos anos 1960 e 1970
Murilo Fernandes Gabrielli 293

- Sobre os autores** 325

- Créditos das imagens** 327

BRASIL-COLÔNIA:
DESLOCAMENTO E HIBRIDISMO



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
PRESS

COMBATES DA RAZÃO: LUZES E POMBALISMO ENTRE OS MINEIROS

Fábio Lucas

Ao insistirmos no poder das idéias iluministas no século XVIII, período no qual se começa a estruturar uma consciência crítica da noção de alteridade no meio pensante brasileiro, devemos guardar reserva quanto a duas posições excessivamente redutoras da história da marcha das idéias: a primeira, que necessita de marcos de forte evidência, como se o surgimento da consciência crítica se fizesse aos saltos ou em gestos radicais de ruptura; a segunda, não menos nefasta, que se prende a uma hermenêutica exemplar, baseada tão-somente no espírito imitativo ou na realização pragmática de preceitos pré-moldados, como se houvesse correspondência entre efeito e causa, preceito e seqüência. Para esse grupo, as evidências devem ser literais, como se a gramática dos acontecimentos fosse desgarrada das *nuances* semânticas. O efeito denotativo, para esses, tem primazia sobre as qualidades denotativas.

Mais ainda: o subgrupo positivista, extremação do empirismo e da ideologia experimentalista dos ingleses, de Francis Bacon a John Locke, viciou o culto da Razão com seus aspectos externos, desgarrando-o da mescla com os sentimentos e com as decisões inconscientes, irracionais. Se o Iluminismo, na sua origem, carregava-se de noções de que somos capazes de verdade, justiça e liberdade, por sermos racionais e, em consequência, portadores de uma energia mental que nos livra do medo, da superstição e da tradição despótica, a evolução desses princípios estará sujeita a movimentos de ascensão e de queda, mormente numa situação como a brasileira, colônia de uma nação periférica do sistema mercantilista, subjugada ao obscurantismo da Contra-reforma.

Veja-se, por exemplo, como se expandem as formulações que trazem como princípio a Liberdade. Basta recordar a fortunosa carreira do libretto *La Libertà, canzonetta a Nice* (1733), de Pietro Metastásio (Pietro Antonio Domenico Bonaventura Trepassi, 1698-1782), que, traduzido para o português por J. Basílio da Gama em 1773, fora adaptado livremente ao francês por Jean-Jacques Rousseau, publicado no *Mercure de France* em 1750 e musicado por Wolfgang Mozart em 1787. O tema "liberdade" ecoou longamente nos contextos europeu e periférico, até mesmo no Brasil. E continuou a fermentar,

desde que considerado como privilégio dos "melhores". Ou, na expressão de Tomás Antônio Gonzaga, "os poucos da nossa escolha" (lira: "Ah! Marília, que tormento"). Na história brasileira, o período do Romantismo exacerba o princípio da liberdade, dada a independência política do país, em desfavor de outra aspiração humana, igualmente acenada na Revolução Francesa, a Igualdade. Por quê? Certamente porque a burguesia brasileira podia enaltecer a liberdade para si, embora não pudesse bater-se pela igualdade num regime ainda escravocrata (Adorno, S., 1988). Ainda que se reconheça a universalidade da busca da liberdade como atributo antropológico da espécie humana, no mundo real a reserva de poder confina o âmbito da liberdade e macula o pacto da igualdade.

É difícil a conjugação dos fatos aos valores, principalmente quando se renuncia, *a priori*, à análise dos fatos; ou quando, escudando-se nos fatos, menosprezam-se os valores.

O século XVIII em Minas Gerais prestou-se à fermentação das idéias iluministas, muito embora vários protagonistas da história tivessem ocasionalmente cedido a pressões do momento; alguns, até, se prestaram a concessões que, posteriormente, se revelaram anti-históricas. Mas é importante, sempre, qualificar a intersecção de fatores culturais e ideológicos, embora seja possível determinar a prevalência da idéia-força, condutora da História.

Os aspectos contraditórios da Razão, ora construtiva, ora destrutiva, coabitam a época submetida ao filtro do tempo. A sanção deste homologou a destruição do Antigo Regime, o enterro da falácia contra-reformista no plano espiritual, e do governo monárquico-mercantilista, no plano ideológico-material. Enfim, a razão foi instrumentalizada para corroer o castelo fantasmagórico da religião consular e do poder absolutista. Ela, sim, deu alma ao pensamento leigo, matriz do liberalismo que, por sua vez, deu origem ao socialismo. Liberou o homem do fascínio do sagrado e da tradição, desconstruiu a rede de crenças e pré-noções que amarravam o cidadão ao poder e ao grupo dominante. A razão abriu o caminho para as verdades múltiplas, não obstante ter abrigado o mito da força operacional, que alimentou a modernização autoritária: o mecanismo ambíguo da modernidade, que fabrica ao mesmo tempo sujeitos e súditos. Mas, felizmente, empurrou a civilização a padronizar a dominação legal (Weber, M., 1987).

Um rápido bosquejo do mundo das idéias indica-nos o caminho da razão no seguinte roteiro: primeiro, os empiristas e os apologistas da experimentação vieram da Inglaterra, via Francis Bacon e, mais energicamente, John Locke. Dali se irradiaram para a França, onde enciclopedistas encarnaram a cristalização dos princípios da modernidade. Voltaire, como é sabido, denominou a Inglaterra *île de la raison*, já que, exilado naquele país, se espantou

com o pluralismo religioso ali observado, em contraste com a situação da França. A Itália acolherá as noções de racionalidade como um prolongamento do Renascimento e do diálogo com os franceses. A Espanha e Portugal se deixarão permear pelo debate filosófico que tomara a Europa e impregnara a Prússia, a Áustria, a Rússia e as nações periféricas: os Estados Unidos e as Américas, espanhola e portuguesa.

Dentro do nosso quadro colonial, fechado, a ameaça mais desestabilizadora eram as "idéias francesas", tão vívidas entre os poetas e os sábios mineiros, a ponto de estarem documentadas nas devassas procedidas em Minas Gerais (1789) e no Rio de Janeiro (1794).

Tomemos, aqui e ali, fragmentos da atmosfera setecentista, a fim de documentar a ebulição da identidade brasileira. Fique claro que nenhuma nação se formou num dado momento. A cultura é um processo no qual a memória, tanto a voluntária e consciente, quanto a involuntária e inconsciente, toma o campo da mente e o ocupa como o centro da mundividência. A esse aspecto residual juntam-se as diversas futurasções, ou seja, a entidade projetiva do ser humano.

Já se disse que a noção do "eu" constitui o primeiro passo para a concretização da identidade pessoal. E a identidade "nacional"? Será o processo dentro do qual o conjunto de pessoas, em interação múltipla, se aglutinam numa determinação comum. A formação da identidade nacional registra etapas sucessivas, nas quais o "eu coletivo", por assim dizer, se vai desenhando perante os outros povos, a levantar os critérios da alteridade.

No período colonial de dominação portuguesa, era legítimo que as pessoas se designassem "portugueses", desde que politicamente regidos pelas regras da monarquia lusitana. Sob esse aspecto é que se diz que a Geografia é também História. Quando, porém, J. Basílio da Gama se inscreveu na Arcádia de Roma, em 1763 (aos 23 anos de idade, aproximadamente), usou a denominação gentilícia de Americano. Ilustra-se, aí, um caso típico de alteridade. Existe até a hipótese de ter sido o Português a primeira língua a veicular o etnônimo "Americano" para designar os nativos do continente, ainda quando legalmente estes fossem de uma nacionalidade européia (portuguesa, no caso).

Quando Silva Alvarenga, seu amigo e, de certo modo, seguidor, veio a publicar *Glaura* (1799), fez constar, na página 5, "Glaura: poemas Eróticos de hum Americano", seguindo, portanto, a mesma linha do seu mestre. Aliás, J. Basílio da Gama aparecera, com um soneto, numa coletânea da Arcádia de Roma, de 136 páginas, sob o título *Sonetti ed Orazioni in Lode delle Nobile Arti del Disegno, Pittura, Scoltura ed Architettura* (Sonetos e orações em louvor das nobres artes do desenho, da pintura, da escultura e da arquitetura,

Roma, Francisco Bizarrini Komarek, 1764). O soneto se encontra à página 65, na qual figura a origem do autor: Giuseppe Basílio da Gama Brasileiro. Assim, um ano após o ingresso na Arcádia, o poeta já se denomina "brasileiro" (cf. Hélio Lopes, *Letras de Minas e outros ensaios*, São Paulo, Edusp, 1977, p. 152). Pelo título da coletânea, observe-se o princípio da intercomunicação das Artes.

O nosso esquema interpretativo constrói-se mediante ocorrências ocasionais significativas. Enquanto enfileiramos alguns sinais, torna-se plausível uma unidade de idéias que leva à formulação da identidade. Não é, pois, surpreendente que, alinhados na retórica neoclássica, dois poetas realizem uma opção lingüística fora do eixo de expectativas européias. É o caso de J. Basílio da Gama e de Santa Rita Durão, que intitulam os seus poemas de *O Uruguay* e *Caramuru*, respectivamente. Note-se que, do ponto de vista político, cada um se situou em lado diferente quanto à ação colonizadora dos jesuítas. Não se trata, portanto, de opinião. A *doxa* não está em jogo. É a escolha vocabular, que define mais do qualquer outra a origem do texto e a intenção da mensagem. Um europeu, ou qualquer outro autor colonizado que preferisse passar por europeu, não optaria por um título "exótico" para a sua obra. Muito menos se o autor estivesse filiado a compromisso retórico metropolitano. Temos uma racionalidade que resiste à pragmática do sistema no qual se insere. Assim, extraímos do passado exemplos significativos que legitimam o histórico, confirmando o seu poder ilustrativo, ainda que incrustados num painel adverso.

Jogos opositivos do estilo "Americano/Europeu" ou "Brasileiro/Português" são microorganismos de uma estruturação diferenciadora que, com o tempo, se tornará definitiva na constelação organizativa do sistema etnônimo universal. Constituem capítulos de uma tendência taxinômica de dar ordem ao conhecimento. Marcam, da parte dos enunciados da diferença, um descompromisso com a ordem reinante; pelo menos, uma quebra no bom-tom consular, ou uma ânsia de legitimação de um novo estatuto existencial.

Estamos, portanto, nos albores da construção da identidade brasileira; fruto, por esse motivo, de um processo de duração secular. Um grupo de poetas brasileiros, em demanda de instrução na sede do poder português, dirige-se a Lisboa e a Coimbra, quando não a Paris e a Montpellier, a fim de adquirir *status* de intelectuais civilizados, sabedores das últimas conquistas do conhecimento científico e literário da "humanidade", segundo uma concepção eurocêntrica, de que foram intelectuais orgânicos, isto é, homens de classe ou de grupo social que se presumiam falar em nome da totalidade. Naturalmente, se distinguirão dos intelectuais portugueses, quer pelo aspecto físico (Silva Alvarenga, por exemplo, era mulato), quer pela fala e pelo uso particular do repertório da língua comum.

Não obstante a rigorosa preceptística vigente sob o Neoclassicismo e a retórica do mecenato pombalino (como acentua Ivan Teixeira, em *Mecenato pombalino e retórica neoclássica* (São Paulo, Edusp, 1999)), seria inconcebível a um europeu titular sua obra de *O Urugay* (1769) ou *Caramuru* (1779). Daí a curiosa observação de José Aderaldo Castello (1999), a propósito de José Basílio da Gama: “o nosso primeiro poeta *engagé*”. Não resta dúvida que o poeta prolonga, no contexto brasílico-lusitano, a velha “poesia de opinião”, que é a sátira.¹

Além do mais, Basílio da Gama e Santa Rita Durão incorporam, na temática, a população indígena do Brasil. Juntamente com os companheiros de geração, todos os poetas inserem a flora e a fauna do país de origem, como recursos estéticos, em sua produção literária.

Tais manifestações diferenciadoras – um mosaico factual que se entrelaça com reminiscências míticas – é que se vão aprofundando para atingir o limite da consciência nacional brasileira. Articulam as imagens coletivas sancionadas pela posteridade. A história oficial, por sua vez, tenta apanhar nos desvios a memória homologadora do poder que se instaura no século XIX.

Temos assinalado a inspiração iluminista nos principais condutores da opinião pública em Minas Gerais do século XVIII. Tal concepção filosófica implicará igualmente uma concepção de ruptura com o sistema de exploração econômica e organização política lusitana. Não é sem propósito que três poetas dos mais importantes e vários pensadores, religiosos e membros da alta burocracia estatal tenham sido apanhados numa rede de conspiração contra o poder central, conforme foi o caso da Inconfidência Mineira. São parcelas do citado mosaico factual.

Permitam-nos ligeira digressão acerca da herança iluminista, a fim de que não se julgue que a aceitamos de um ponto de vista encomiástico, sem a necessária redução. Entre o Iluminismo e os nossos dias, intermedeiam dois processos evolutivos de forte alcance cultural, o Romantismo e as conseqüências ideológicas da revolução tecnológica do século XX.

Antonio Candido, ao traçar “A dimensão utópica da Ilustração”, pontua:

Os países da América Latina realizaram a sua independência política sob o influxo da Ilustração. Os seus promotores assumiram alguns princípios desta, que atuaram como fator de unidade dentro da grande diversidade das culturas existentes entre o México e a Terra do Fogo. Um desses princípios pode ser expresso por meio das seguintes proposições (1) o saber trará a felicidade dos povos, (2) este saber é aquele que veio da Europa, trazido pelo colonizador, (3) os detentores deste saber formam uma elite que deve orientar o destino das jovens nações.²

Nas discussões deste século, uma das obras mais fecundas foi a de Georg Lukács, *The Destruction of Reason* (1955), na qual o autor, fervoroso admirador do romantismo anticapitalista, condena os intelectuais que, na senda da ideologia do progresso, herdada da Ilustração, se deixam aprisionar pelo mito e pela irracionalidade. Segundo Lukács, a história do pensamento alemão, de Schelling até Tönnies, de Dilthey a Simmel e de Nietzsche a Weber, constitui um vasto assalto da Reação contra a Razão. Alguns adversários tacharam a obra de panfleto stalinista. Mas o principal confronto existente em *The Destruction of Reason* não é entre ciência proletária e ciência burguesa, mas entre Razão e irracionalidade. É bem verdade que Lukács ignora o que a Escola de Frankfurt chama de "dialética da Ilustração", ou seja, a transformação da razão em instrumento do mito, da alienação e da opressão. Nessa obra, os românticos e seus seguidores são tratados como reacionários e irracionalistas.

O certo é que a instrumentalidade da razão, no mundo moderno, a partir do Iluminismo, criou a sensação de incompatibilidade da noção de autonomia da arte com o espírito utilitário da realidade social. A grande revolução no processo produtivo capitalista requer a manufatura de ondas de "novidades" para atender a demanda do mercado. Daí a rápida transformação da forma e da qualidade dos produtos, desligados de sua estética ou de seu valor de uso. Isso significa a dominação tirânica da moda; entretanto, moda e cultura são conceitos que se excluem mútua e essencialmente. Com a mercantilização geral da vida, a cultura autêntica começa a declinar, pois o capitalismo destrói a cultura. Lukács percebe a revolução socialista como restauração cultural.

A modernidade orgulha-se da razão, herança do Iluminismo. Foucault, todavia, mostra-se cético com a filantropia dos reformadores iluministas. Vê, atrás da filantropia, um estratagema para dar maior abrangência à repressão e tornar mais eficaz o controle do desvio.

Voltemos à realidade brasileira, após esses parênteses. O que adormece na consciência nacional e vira cultura são heranças muitas vezes imperceptíveis. No entanto, plenamente expostas a uma arqueologia. O que há de mais curioso, por exemplo, é o destino da língua portuguesa no Brasil, cuja consolidação se deu somente no século XVIII.

Valendo-se da citação do Padre Antônio Vieira, no século XVII, extraída de Serafim da Silva Neto (1963), José Ariel Castro transcreve "...A língua portuguesa tem avesso e direito: o direito é como nós a falamos, e o avesso como a falam os naturais...meias línguas, porque eram meio portugueses e meio de todas as outras nações que as pronunciavam ou mastigavam a seu modo".

A seguir, José Ariel Castro registra lição do Padre Azeredo Coutinho, em 1798, recomendando que se evitem o sotaque lusitano e a maneira de falar do negro. "Ora", diz José Ariel Castro,

o fato de condenar o bispo, na idade madura, o jeito português de falar – e isso em pleno período colonial – significa que sua formação se fez segundo os hábitos de uma realidade lingüística que não podia mais ficar dependente da metrópole lusitana. Esse depoimento prova que, em meados do século XVIII, o português brasileiro, como sistema, estava já completamente estabelecido.

Ousamos reproduzir o trecho seguinte do mesmo autor, de importância para a nossa análise do período cultural da língua sob a influência do Marquês de Pombal e das luzes setecentistas:

Do ponto-de-vista da supremacia numérica dos falantes da nova realidade, constata-se que ela começou a se impor à língua geral com a reforma do ensino da administração do Marquês de Pombal, justamente em meados do século XVIII. Qual a razão de, com essa reforma, se ter firmado um português brasileiro? A origem do fato está na própria pedagogia pombalina, em que o mais importante era *ensinar a ler*, por causa das variações caligráficas, e *só depois* ensinar a escrever. Tal pedagogia valorizou automaticamente a pronúncia (leitura em voz alta) e, não tendo os lusos professores régios como insistir na pronúncia lusitana, logo se tornou única e normal na escola elementar a pronúncia local ou brasileira, surgindo daí o grande problema posterior do português do Brasil: disparidade entre língua falada e língua escrita. A pronúncia brasileira se generalizou, pois, no sistema escolar a despeito da reforma pombalina e derrubou assim o mito da lusitana.³

José Ariel Castro, assim, demonstra a existência de uma variedade brasileira do português já na primeira metade do século XVIII. E assinala a situação de realidade autônoma dessa variedade.

O traço diferencial do uso do mesmo idioma, especialmente no sistema prosódico, aprofundou o processo de alteridade dentro da comunidade luso-brasileira. Todavia, não se alteraram nem o vocabulário básico nem a estrutura sintática, requisitos para tornar a língua uma “infra-estrutura”, no dizer de Joseph Stalin. Com efeito, em trabalho que correu o mundo, Stalin, contrariando J. Marr, procurou atribuir à língua a condição de infra-estrutura, conforme tentou demonstrar. A seu ver, após qualquer revolução, o povo continua a empregar o mesmo sistema gramatical e léxico fundamental.

Na verdade, não nos cumpre falar numa “língua brasileira”, mas reconhecer “o estilo brasileiro de uso da língua portuguesa” como querem alguns lingüistas. Mas o que importa, no curso destas considerações, é a formação da autonomia brasileira no uso da língua. Tal prerrogativa faz parte da identidade nacional.

As particularidades de nossa fisionomia cultural foram-se cristalizar no período romântico, que é contemporâneo da etapa pós-independência. O “eu romântico” exprime uma concentração de valores ideativos diferenciadores. Apossa-se do homem brasileiro a ânsia da individualidade. As creden-

ciais de êxito na vida deslocam-se para a originalidade, onde ela estivesse. Daí a exacerbação dos sentimentos íntimos na poesia, o apreço pelos localismos, a estimativa das raízes folclóricas, o culto das narrativas regionalistas ou de costumes urbanos, a insistência, um tanto sentimental, na herança indígena. É claro que, numa sociedade ainda escravagista, a contribuição negra não afflore. E a norma culta ainda não estava preparada para incorporar à ficção a camada trabalhadora, discriminada pelo seu baixo relevo cultural.

Para finalizar, cumpre-nos reconhecer que a Idade das Luzes deixou no espírito brasileiro certa dose de racionalidade e de pragmatismo que supera o período de superstições e dominação despótica do esquema contra-reformista e monárquico. É bem verdade que podemos assinalar que estivemos sujeitos a avanços e a recuos na escala da razão e do pensamento secular, não obstante a aparente polarização entre o saber leigo e o obscurantismo político e social.

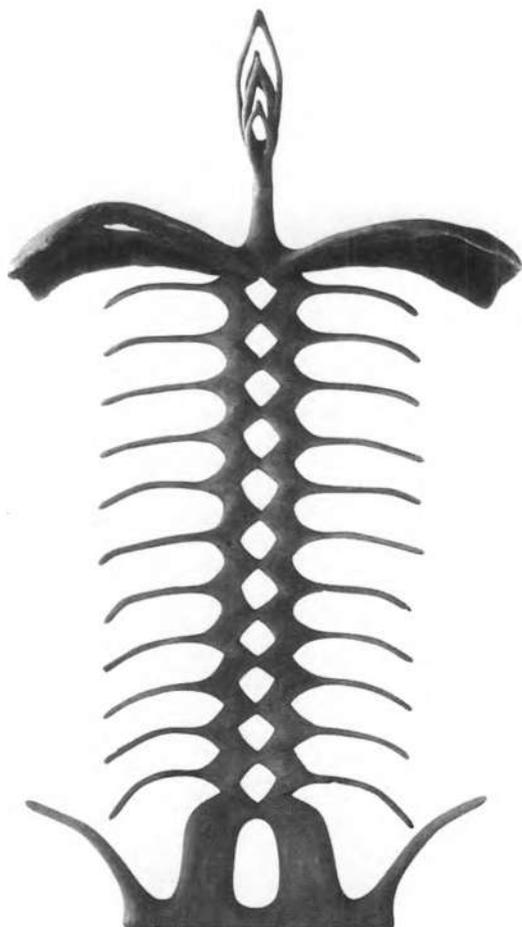
A batalha continua. Duas ditaduras do século XX prodigalizam o tema da razão operacional, pois ambas se propuseram à modernização autoritária. Ambos os modelos propiciaram avanços incontestáveis da produção material. Mas nenhum deles se abriu à demanda dos princípios democráticos e aos direitos de cidadania. Continua aberto o combate da razão contra a insanidade da dominação externa e a desigualdade interna. Ainda hoje se pensa no desenvolvimento em termos de crescimento econômico apenas, sem aperfeiçoamento político e avanço cultural. Essa é a Razão das camadas estabelecidas no poder, reducionista e nefasta ao projeto nacional brasileiro. Urge estabelecer a luta contra as trevas da ignorância e da superstição, na qual tantos patriotas foram sacrificados. Cumpre implantar a razão construtiva.

Notas

1. Ennius, 239-169 a.C., latino, é tido como inventor da *satira* ou sátira, mas o grande cultor da sátira como tal foi Lucilius, cerca de 180-102 a.C.
2. Cf. *Remate de Males* – Revista do Departamento de Teoria Literária, Unicamp, Campinas, 1999, *Antonio Candido*, número especial, p. 91.
3. Cf. José Ariel Castro, “Língua, sociedade e cultura no Brasil”, *Miscelânea de estudos literários – homenagem a Afrânio Coutinho*, Rio de Janeiro, Pallas/INL, 1984, p. 353-354.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.
- CASTELLO, J. Aderaldo. *A literatura brasileira – origens e unidade*. São Paulo: Edusp, 1999, v. I.
- SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed., Rio de Janeiro: INL, 1963.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.



Maria Martins.

A Soma de Nossos Dias, 1954/55.

Sermolite e estanho, 330,9 x 190,7 x 64,9 cm.

SOBRE OS AUTORES

ANGÉLICA MADEIRA é doutora em Semiótica pela Universidade de Paris VII e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Publicou artigos e ensaios em periódicos nacionais e estrangeiros sobre literatura e cultura brasileira e arte contemporânea. Em parceria com Mariza Veloso, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000. Editou a Revista *Sociedade e Estado* entre 1991 e 1995. Atualmente é diretora da Casa da Cultura da América Latina, do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.

FÁBIO LUCAS é presidente da União Brasileira de Escritores, SP; ex-professor da Universidade de Brasília, ex-professor da Universidade Federal de Minas Gerais; ex-diretor do Instituto Nacional do Livro; autor de 34 obras de ensaios, sendo a última *Luzes e trevas – Minas Gerais no século XVIII*, pela editora da UFMG, Belo Horizonte, 1998.

FLÁVIO GOLDMAN é bacharel em Direito e diplomata de carreira, servindo atualmente na Embaixada do Brasil em Roma. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas, do Instituto Rio Branco, MRE.

LÚCIA LIPPI OLIVEIRA é doutora em Sociologia, pesquisadora do CPDOC/Fundação Getúlio Vargas – RJ. Possui vários livros e ensaios sobre o pensamento social brasileiro e sobre as representações da identidade nacional. Publicou, dentre outros, *A questão nacional na 1ª República* (Ed. Brasiliense, SP, 1990), *A sociologia do guerreiro* (Ed. UFRJ, RJ, 1994) e *Americanos* (Ed. UFMG, 2000).

LUIZ TATIT é professor associado (livre-docente) do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autor dos livros *A canção: eficácia e encanto* (Ed. Atual, 1986), *Semiótica da canção: melodia e letra* (Ed. Escuta, 1994), *O cancionista: composição de canções no Brasil* (Edusp, 1996) e *Musitando a semiótica: ensaios* (Ed. Anna Blume, 1997). Tatit é também compositor e, em sua atividade com o grupo Rumo, gravou seis LPs e dois CDs contendo 46 canções de sua autoria. Lançou, em 1997, o seu primeiro CD solo ("Felicidade") pela Dabliu, com mais 13 composições inéditas.

MARISA LAJOLO é professora titular do Departamento de Teoria Literária da Unicamp, foi professora visitante da Brown University, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e da Escola de Comunicações e Artes da mesma universidade. Tem vários trabalhos publicados sobre leitura e literatura (*A formação da leitura no Brasil*, 1996; *A leitura rarefeita*, 1991) e sobre história literária (*Negros e negras em Monteiro Lobato, apud Lendo e escrevendo Lobato*, 1999; *Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? Apud Historiografia brasileira em perspectiva* 1998). Seu livro *Do mundo da leitura para a leitura do mundo* ganhou o prêmio Jabuti (ensaio) em 1995.

MARIZA VELOSO é doutora em Antropologia e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Autora de artigos e ensaios sobre cultura brasileira e patrimônio cultural e, em parceria com Angélica Madeira, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000.

MARY LUCY MURRAY DEL PRIORE é professora de História do Brasil Colonial nos Departamentos de História da USP e PUC/RJ. Autora de 14 livros sobre o período, foi duas vezes vencedora do prêmio Casa Grande & Senzala, outorgado pela Fundação Joaquim Nabuco, e do Prêmio Jabuti para obra de relevo em Ciências Sociais. Colabora com revistas científicas nacionais e internacionais, além de manter uma crônica mensal no jornal *O Estado de S. Paulo*.

MURILO F. GABRIELLI é bacharel em Administração de Empresas e diplomata de carreira. Teve experiência como jornalista na Folha de S. Paulo e, atualmente, trabalha na Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas do Instituto Rio Branco, MRE.

ROBERTO VENTURA é professor de Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo. Foi coordenador da área de história cultural do Instituto de Estudos Avançados da USP de 1993 a 1994. É autor de *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bonfim* (São Paulo, Moderna, 1984, com Flora Süssekind), *Escritores, escravos e mestiços em um país tropical* (Munique, W. Fink, 1987) e *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 1991).

WILLI BOLLE é professor de Literatura na Universidade de São Paulo. É autor, entre outras publicações, de *Fisiognomia da Metrópole moderna. Representação da história em Walter Benjamin* (São Paulo, Edusp, 1994) e de vários estudos sobre a obra de Guimarães Rosa.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

1. Lopo Homem.
Atlas náutico português, dito Miller. "Hec est universi orbis ad hanc usque diem cogniti tabula...", 1519. Pergaminho, 42 x 59 cm.
Coleção Marcel Destombes. XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa, 1983.
2. João Teixeira - cosmógrafo de Sua Majestade.
Descrição de toda a costa da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamão Brasil, 1642. Pergaminho.
XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Livraria do Conde de Redondo. Lisboa, 1983.
3. Coração de Jesus.
MA, sem data. Madeira policromada e dourada, 97 x 78 x 10 cm.
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Fernando Silveira.
4. Nossa Senhora da Conceição Missioneira.
Missões, RS, séc. XVIII. Cedro, 108 x 45 cm.
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Ricardo Moure Neto.
5. Nicolas Antoine Taunay.
Morro de Santo Antônio em 1816. 1817-1818 c.
Óleo sobre tela, 45 x 56,5 cm.
O Brasil dos Viajantes. Volume 3, A Construção da Paisagem. Ana Maria de Moraes Belluzzo. Fundação Odebrecht, 1994.
6. Jean Baptiste Debret.
Marimba. Passeio de domingo à tarde, 1826. Aquarela sobre papel, 17,2 x 22,3 cm.
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996. Museu da Chácara do Céu, Rio de Janeiro.
7. Almeida Júnior.
O violeiro. 1899. Óleo sobre tela, 141 x 172 cm.
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996.

8. Maria Martins.
A soma de nossos dias, 1954/55. Sermolite e estanho, 330,9 x 190,7 x 64,9 cm.
Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, SP.
9. Humberto Mauro.
Favela dos meus amores, 1955.
Enciclopédia do Cinema Brasileiro. Organizadores: Fernão Ramos e Luís Felipe Miranda.
10. Poty.
Ilustrações para o livro Sagarana, de João Guimarães Rosa, 1958.
Sagarana, Editora José Olympio.
11. Hélio Oiticica.
Metaesquema, 1958. Guache sobre papel, 0.55 x 0.64 m.
A forma difícil – ensaio sobre a arte brasileira, de Rodrigo Novaes. Editora Ática, 1996.
12. Nelson Pereira dos Santos.
Vidas secas, 1963.
Arquivo F. Canosa.
13. Rogério Duarte.
Cartaz para o filme "Deus e o Diabo na Terra do Sol", de Glauber Rocha, 1963.
14. Rubem Valentim.
Objeto emblemático 4, 1969. Madeira recortada e pintada, 208 x 79 x 73 cm.
Escultura brasileira, perfil de uma identidade. Exposição realizada no BID, Washington, DC, e Banco Safra, SP. Idealização e coordenação de Elcior Ferreira de Santana Filho e curadoria de Emanuel Araújo, Banco Safra, 1997.
15. Oswald Goeldi.
Pescador, tiragem póstuma, 1970. Xilogravura, 25 x 36 cm.
Roberto Pontual. Entre dois séculos – arte brasileira do século XX na Coleção Gilberto Chateaubriand/MAM, RJ, Editora JB.
16. Athos Bulcão.
Painel de azulejos, 1983. Palácio do Itamaraty, Anexo. Brasília.
Athos Bulcão 80 anos. Projeto Pinacoteca no Parque. Pinacoteca de São Paulo, 1998.
17. Amílcar de Castro.
Sem título, 1983. Nanquim sobre papel, 106 x 76 cm.
Radha Abramo. *A cor e o desenho do Brasil.* Ministério das Relações Exteriores, Petrobras e Varig. Organização Centro Brasileiro de Projetos de Arte – CBPA, 1984.

18. Glauco Rodrigues.

Samba enredo, 1975. Óleo sobre madeira, 80 x 100 cm.

Coleções de Brasília. Acervos do Banco do Brasil, Banco Central e Caixa Econômica Federal. Palácio do Itamaraty. Ministério da Cultura, 1995.

19. Leonilson.

34 com scars, 1991. Acrílico, bordado, tela, 41 x 31 cm.

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.
Col. Theodorino Torcuato Dias e Carmen Bezerra Dias, São Paulo.

20. Leda Catunda.

Duas bocas, 1994. Acrílico sobre tela, 225 x 207 cm.

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.
Coleção Galeria Camargo Vilaça. Foto: Eduardo Ortega.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Amílcar de Castro, Ana Resende, Bené Fonteles, Berê Bahia, César Oiticica Filho, Editora José Olympio, Fundação Athos Bulcão, Glauco Rodrigues, Leda Catunda, Lia Alencastro, Márcia Santana Pereira do Santos, Roberto Leite, Rogério Duarte, Sérgio Moriconi, Wagner Barja.





tivas, por exemplo, à identidade, à alteridade, ao erudito e ao popular, ao papel da cultura na construção da nacionalidade. Questões capazes de nos fazer redescobrir o país, iluminando, e ao mesmo tempo alimentando, nossa mais antiga obsessão coletiva, a de tentar decifrar o enigma Brasil.

Janaína Amado

Textos de

Fábio Lucas

Flávio Goldman

Lúcia Lippi Oliveira

Luiz Tatit

Marisa Lajolo

Mary del Priore

Murilo F. Gabrielli

Roberto Ventura

Willi Bolle

e de

Angélica Madeira

e Mariza Veloso

(organizadoras)

A diversidade dos textos publicados nesta coletânea revela uma busca deliberada de criar novas conexões entre abordagens históricas, sociológicas e literárias de narrativas que se inserem nessa tradição de "retratos do Brasil".

Identidade e alteridade constituem um par produtivo na permanente e obsessiva tarefa de construir a nação. O que se repete nessa fala engasgada, que ora afirma ora nega a singularidade dessa construção? Que discurso é esse que não pára de questionar seus pressupostos e de questionar-se a si mesmo?

Evidencia-se assim como o processo de construção histórica de uma nação é acompanhado pela emergência de narrativas que formam as várias camadas de sentido e que, ao admitirem múltiplas leituras, de acordo com os interesses e as preocupações de cada geração, vão contribuindo para tornar mais denso o campo de estudos sobre o Brasil.

Código EDU: 303399

ISBN 85-230-0606-0



9 788523 006068